

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.110 - PB (2019/0083499-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
RECORRENTE : PEDRO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : EDUARDO HENRIQUE NOGUEIRA LUNA - PB014320
FRANKLIN SMITH CARREIRA SOARES - PB020630
JONATA CABRAL DA SILVA - PB020791
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por PEDRO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, no **writ** n. 0807400-14.2018.8.15.0000.

Narra a Defesa, em síntese, que o recorrente foi preso em flagrante pela prática, **em tese**, do crime previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/06. Na audiência de custódia, foi concedida liberdade provisória com monitoração eletrônica (fls. 10-12).

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, requerendo o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, mas a ordem foi denegada, conforme v. acórdão, assim ementado (fl. 49):

"TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – ALEGAÇÃO DE POSSE HABEAS CORPUS PARA USO PRÓPRIO – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE – LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO – DENEGAÇÃO.

1. O trancamento da ação penal em sede de somente é admitido diante de prova habeas corpus incontroversa da ausência de justa causa, decorrente da atipicidade da conduta atribuída e/ou da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, ou, ainda, da incidência de causa de extinção da punibilidade.

2. Havendo evidências de que o paciente comercializava a droga proscrita, inadmissível o trancamento prematuro da ação penal pelo crime de tráfico, impondo-se o processamento do feito para regular apuração do fato e decisão

final sobre a procedência ou não da acusação.

2. Coação ilegal não caracterizada. Ordem denegada."

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente reafirma que não há justa causa para ação penal, pois a porção de droga apreendida configuraria apenas o delito previsto no art. 28 da Lei de Drogas, sendo imperativa a desclassificação da conduta.

Assevera que *"nada justifica a manutenção de prisão cautelar diante uma flagrante ilegalidade, como é a do caso em vertente."* (fl. 63).

Requer, ao final, seja deferido o pedido liminar para *"a desclassificação do tipo penal imputado ao Paciente, verificada a sua condição de usuário de drogas"* (fl. 64). No mérito, pleiteia o provimento do recurso a fim de trancar a ação penal por ausência de justa causa.

É o breve relatório.

Decido.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que o trancamento da ação penal por meio do **habeas corpus** é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, requisitos que, pelo menos neste mero juízo de prelibação, não verifico presentes.

In casu, o v. acórdão denegou a ordem, com os seguintes fundamentos, **in verbis** (fls. 50-51):

"No caso dos autos, a impetração não se desincumbe da obrigação de demonstrar, à primeira vista, tal situação, limitando-se a buscar, pela via mandamental, a absolvição do paciente, com base em argumentos que demandam análise pormenorizada do conjunto probatório colhido nos autos. E isso não se compatibiliza o rito da via eleita, podendo ser contestados durante a instrução criminal.

Ademais, pela atenta análise do feito, verifica-se existir, ao

menos indícios, demonstrados pela documentação juntada aos autos, de que o paciente teria supostamente cometido o crime de tráfico de droga.

Evidente, portanto, que diante da existência de lastro probatório mínimo, constituindo os fatos narrados na denúncia, em tese, infrações penais, não havendo, prima facie, causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade, a continuidade da ação penal faz-se necessária."

De outra sorte, observo que a manutenção das medidas cautelares diversas da prisão não foi objeto de análise pelo eg. Tribunal de origem, o que impede a manifestação desta Corte de Justiça no ponto, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

A análise dos autos, portanto, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator